

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, da Cotacão Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e da Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Histórico

A Cotacão DTVM S/A e Action S/A DTVM, empresas do Grupo Rendimento, presentes no mercado de câmbio turismo desde 1989, com Matrizes em São Paulo, contam, atualmente, com filiais em Campinas, Sorocaba, Indaiatuba, Ribeirão Preto, Guarulhos, Florianópolis, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Porto Alegre, Goiânia, Belo Horizonte e Salvador. Realizam operações de compra e venda de papel money, *Travelers Cheques* e cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes.

Através do Banco Rendimento, a Cotacão também realiza transferências internacionais e compra de cheque em moeda estrangeira. A Cotacão DTVM foi a primeira empresa do setor a receber o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), fato este comprovado pela constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Índice da Basileia

A apuração do índice, segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, é elaborada de forma consolidada para o Grupo Rendimento, cujo índice para a data-base de 30 de junho de 2012 é de 14,74%.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

As empresas participam da estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, do Grupo Rendimento, aderentes às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional do Grupo Rendimento. Na estrutura de Controles Internos se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento, Riscos Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de

Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez (Resolução 2.804/00), de Crédito (Resolução 3.721/09), e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461/09.

A gestão de riscos envolve um conjunto integrado de controles e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em conformidade com os dispositivos legais e com estrutura própria e independente, segregada das áreas comprometidas com resultados.

Risco Operacional

A Cotacão DTVM S/A e a Action S/A DTVM, se utilizam da estrutura do Grupo, que em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementaram, após aprovação pela Diretoria, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê vinculado diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação.

A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas institucionais através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições e objetiva a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

Ouvridoria

No que tange ao Direito do Consumidor, as referidas Empresas, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional, implantaram em 2007 suas Ouvridorias, tendo como função ser canal de comunicação entre as Empresas e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais das Instituições, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

O dispositivo de Ouvridoria, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade das Empresas com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Balanços Patrimoniais em 30 de junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2012	2011	PASSIVO	Notas	2012	2011
Disponibilidades	4 e 5	11.866	12.827	Outras obrigações		15.901	16.712
Disponibilidades.....		11.866	12.827	Cobrança e arrecadação de tributos e assemealhadas.....		244	189
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.639	4.502	Carteira de câmbio.....	11a	5.265	4.548
Aplicações operações compromissadas.....		1.639	4.502	Fiscais e previdenciárias.....	11b	4.064	8.543
Títulos e valores mobiliários	7	-	640	Diversas.....	11c	6.328	3.432
Carteira própria.....		-	640	Exigível a longo prazo		13.679	9.344
Outros créditos.....	8	4.480	2.769	Outras obrigações		13.679	9.344
Diversos.....		4.480	2.769	Fiscais e previdenciárias.....	11b	13.639	9.344
Outros valores e bens	785	151	-	Provisão para contingências trabalhistas.....	11c	40	-
Despesas antecipadas.....		785	151	Patrimônio líquido		20.922	13.929
Realizável a longo prazo	8	18.514	12.998	Capital.....		8.170	8.170
Outros créditos	8	17.955	12.239	De domiciliados no país.....	14	8.170	8.170
Diversos.....		17.955	12.239	Reservas de lucros.....		12.752	3.728
Outros valores e bens	559	659	-	Lucros acumulados.....		-	2.031
Despesas antecipadas.....		559	659				
Permanente	9	13.218	6.198				
Investimentos.....		13.218	6.198				
Participação em controladas e coligadas.....		4.842	-				
Títulos patrimoniais.....		7	7				
Outros investimentos.....		25	25				
Imobilizado de uso	10	7.756	5.445				
Imóveis de uso.....		22	22				
Outras imobilizações de uso.....		13.185	10.252				
(-) Depreciações acumuladas.....		(5.451)	(4.829)				
Diferido	310	580	-				
Gastos em imóveis de terceiros.....		1.833	2.783				
Gastos com locatários.....		1	588				
(-) Amortização acumulada.....		(1.524)	(2.791)				
Intangível	278	141	-				
Outros ativos intangíveis.....		1.001	223				
(-) Amortização acumulada.....		(723)	(82)				
Total do ativo	50.502	39.985	50.502	Total do passivo	50.502	39.985	50.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.000	170	1.681	1.782	-	11.633
Aumento de capital.....	170	(170)	-	-	5.296	5.296
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	265	(265)
Destinação de reservas.....	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2011	8.170	-	1.681	2.047	2.031	13.929
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.170	-	2.318	6.399	-	16.887
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	4.535	4.535
Destinação de reservas.....	-	-	-	-	4.035	(4.035)
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 30 de junho de 2012	8.170	-	2.318	10.434	-	20.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotacão Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.033/03 e nº 11.341/06 e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta reservadas em respectivos ativos e passivos. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.624/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data de aplicação. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas no custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias contábeis, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Em 30 de junho de 2012 e 2011, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. e) **Operações de câmbio:** As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas. f) **Imobilizado, diferido e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por benefícios em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. g) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/semestre, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja reavaliação é avaliada semestralmente. h) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas,

são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias dos créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídos e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. i) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetutados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais-fiscais e previdenciárias* - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

	2012	2011
Disponibilidades (Nota 5).....	11.866	12.827
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6).....	1.639	4.502
Total	13.505	17.329
5. Disponibilidades	2012	2011
Caixa.....	3.097	3.334
Depósitos em moeda nacional.....	2.712	4.570
Disponibilidades em moedas estrangeiras.....	6.057	4.923
Total	11.866	12.827
6. Aplicação interfinanceira de liquidez	2012	2011
Posição bancada:.....		
Vencimento até 30 dias.....	-	4.502
Depósitos de tesouro nacional - LTN.....	-	4.502
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	1.639	-
Total	1.639	4.502

7. Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2011, as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	2011	2011
	Custo	Mercado
Títulos para negociação - Vencimento de 1 a 3 anos.....	-	-
Carteira própria - Livres.....	640	640
Certificados de depósitos bancários - CDBs.....	640	640
Total	1.280	1.280
8. Outros créditos - Diversos	2012	2011
Circulante.....	4.480	400
Adiantamentos e antecipações salariais.....	550	400
Impostos a compensar.....	1.643	1.621
Devedores diversos - país (i).....	2.116	482
Valores a receber sociedade ligada (Nota 13a).....	60	-
Outros.....	111	266
Total	4.840	2.769
Realizável a longo prazo	2012	2011
Crédito tributário (Nota 12b).....	5.455	3.737
Devedores de depósitos em garantia (Nota 16b).....	12.500	8.484
Outros.....	18	18
Total	17.955	12.239
Total	22.435	15.008
9. Investimentos	2012	2011
Investimento realizado na Action S/A DTVM (i).....	3.678	3.678
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2012.....	4.842	4.842
Lucro líquido no semestre.....	2.154	2.154
Percentual de participação.....	100%	100%
Valor do investimento baseado na equivalência.....	4.842	4.842
(i) Em 27 de julho de 2011 a Cotacão DTVM S/A adquiriu o controle total da Action S/A DTVM.		

A DIRETORIA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da Cotacão Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Examinamos as demonstrações financeiras da Cotacão Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras** A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

Risco de Mercado e Liquidez

A Cotacão DTVM S/A e a Action S/A DTVM, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, implementaram uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez se integra à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais, porém possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das posições mantidas pelas Empresas. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelas Empresas. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros. O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à captação e aos riscos de mercado e liquidez, em conformidade com políticas internas previamente definidas.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

A Cotacão DTVM S/A e a Action S/A DTVM contam com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo e se reúne para avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-los em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

As políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu funcionário", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios e operações das empresas têm

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2012	2011
Receitas da intermediação financeira	43.448	35.482	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	130	-	